

# **CLIPPING IMPRESSO**

**11/07/2020**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. PRESIDÊNCIA.....	3
1.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. CORREGEDOR (A).....	5
2.2. DESEMBARGADOR.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	7 - 8
3.2. COMARCAS.....	9
3.3. JUÍZES.....	10 - 11
3.4. PRESIDÊNCIA.....	12
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	13 - 14
4.2. COMARCAS.....	15
4.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	16
4.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	17 - 19
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. ASSESSORIA.....	20
5.2. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	21 - 22
5.3. COMARCAS.....	23
5.4. DECISÕES.....	24

# Governo do Estado exonera delegado da polícia civil

Idaspe Perdigão Freire Júnior foi preso por irregularidades envolvendo veículos

O Governo do Estado exonou o delegado Idaspe Perdigão Freire Júnior da Polícia Civil. Ele foi preso no dia 8 de agosto de 2018 pela equipe da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), por supostas irregularidades envolvendo veículos apreendidos e outros procedimentos realizados na Delegacia da cidade de Esperantinópolis.

A exoneração de Idaspe Perdigão foi via administrativo e publicada em Diário Oficial do Estado, no dia 3 de julho deste ano. A defesa do ex-delegado informou que essa decisão cabe recurso e ainda neste mês vai recorrer por via judicial.

Idaspe Perdigão assumiu a delegacia de Esperantinópolis no dia

## Defesa do delegado disse que vai recorrer da decisão

19 de dezembro de 2017, mas, acabou sendo preso no dia 8 de agosto de 2018. Em 13 de setembro de 2018, ele teve a prisão relaxada via habeas corpus pelo desembargador Froz Sobrinho, que também determinou o uso de tornozeleira eletrônica com regras a serem cumpridas pelo réu.

No dia 5 de janeiro do ano passado, o delegado voltou a ser preso por descumprir as regras do equipamento (tornozeleira) e foi encaminhado para o presídio da Polícia Civil, localizado na Cidade Operária.●

# 1 milhão de advogados!

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

É isso mesmo, o Brasil tem 1 milhão de advogados, conforme declarou um ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ, em recente evento. Já sabia que somos um dos países com maior quantidade de advogados do planeta, mas, mesmo assim, ao escutar o número 1 milhão de advogados me assustei.

E me assustei, porque esse número, além de expressivo, não é estático: todo dia cresce e fico me perguntando como aproveitar toda essa mão de obra sem que cresça a litigiosidade no Brasil, que já é absurda, quando comparada a outros países.

Na Alemanha existe 1 processo para cada 109 habitantes, enquanto no Brasil há 1 processo para cada 2,8 habitantes. Como nossa população é de 210 milhões de habitantes e a da Alemanha é de 81 milhões, é fácil perceber a montanha de processos judiciais tramitando.

Não estou querendo dizer com isso que o problema do excesso de processos só guarda relação com o número crescente de advogados, até porque tem coisa ainda mais grave que contribui com esses números, como, por exemplo, o excesso de recursos que a lei permite. Mas, creio que o número expressivo de advogados contribui com esse cenário, pois o caminho da

conciliação deixa de ser a melhor opção. As faculdades de direito, como sabemos, forma profissionais voltados à propositura de demandas em juízo.

Mais processos, menos resolutividade dos litígios em tempo razoável e mais gasto público, uma vez que nunca será suficiente a quantidade, também já estratosférica, de juízes e servidores, isso sem falar nos custos operacionais de fóruns e tri-

**Esse número, além de expressivo, não é estático: todo dia cresce e fico me perguntando como aproveitar toda essa mão de obra**

bunais.

Mas a judicialização excessiva não impacta negativamente apenas na solução adiada dos processos e no gasto do dinheiro público. Ela impacta também em aspectos da nossa liberdade e manutenção da pobreza elevada no país.

Como quase tudo é judicializado, inclusive as questões políticas e econômicas, e como isso gera ineficiência judicial e, muitas vezes, decisões em confronto aos

direitos de propriedade, há impacto no índice de liberdade econômica e consequente fuga de capital produtivo. Além disso, impacta negativamente no índice, é relevante destacar, a existência de corrupção nas instituições governamentais, que se perpetua pela falta de resposta efetiva e em tempo razoável do sistema de Justiça.

Veja, que o ranking internacional, organizado pela Fundação Heritage, leva em conta, dentro do quesito que chama de “Estado de Direito”, os ingredientes “eficiência judicial” e respeito aos “direitos de propriedade”, só para ficar naqueles afetos exclusivamente à Justiça.

Fazendo um cruzamento de dados, resta comprovado que países com maior liberdade econômica tem menos pobres. A renda per capita dos países com maior liberdade econômica é de 44 mil dólares, enquanto os com menor liberdade está na casa de 3 mil dólares.

Por tudo isso, parece-me que não é à toa que o Brasil, conforme dados de 2019, ocupa a 150ª posição no ranking global, mantendo-se no pelotão dos países considerados “majoritariamente não-livre”, tendo obtido nota vermelha no quesito “eficiência Judicial”.

Juíza de Direito  
E-mail: sonia.amaral@globo.com

## Roda Viva

Benedito Buzar [bbbuzar@hotmail.com](mailto:bbbuzar@hotmail.com)



### **Longevidade acadêmica**

Em junho passado, o presidente da Academia Maranhense de Letras, Carlos Gaspar, quis marcar uma reunião com os “imortais”, mas foi convencido a sustá-la pelo acadêmico Lourival Serejo, com este argumento: - Gaspar, não esqueça de que a maioria dos membros da AML é composta de sexagenários, septuagenários e octogenários.

## **O abre e fecha da pandemia**

Na decisão em que revogou esta semana portaria do governo do Distrito Federal reabrindo academias de ginástica, salões de beleza, bares, restaurantes e escolas em Brasília, o juiz Daniel Eduardo Branco Camachioni apresentou uma justificava exemplar.

Segundo ele, a decisão deve-se à ausência de respaldo técnico e científico capaz de justificar a flexibilização acentuada do isolamento social.

“Em todos os países do mundo que foram bem sucedidos no controle dessa grave pandemia, as únicas medidas eficientes capazes de conter a proliferação do vírus foram o isolamento e o distanciamento social” – pontuou.

No Maranhão, a Justiça também está, com toda razão, revogando algumas medidas de flexibilização consideradas perigosas.



## Promotores de Justiça inspecionam prédio da futura **Central de Custódia**

Com o objetivo de verificar as condições de segurança e de estrutura no prédio onde vai funcionar a Central Integrada de Inquéritos e Custódia da Comarca da Ilha de São Luís, na Avenida dos Franceses, uma comitiva de membros do Ministério Público do Maranhão fez uma inspeção no imóvel na manhã desta quinta-feira, 9.

Os promotores de justiça Lena Cláudia Ripardo Pauxis, Marinete Ferreira Silva Avelar; Cássia Araújo Muniz e Orfileno Bezerra Neto, com atuação na 18ª Promotoria de Justiça Criminal, participaram da vistoria e foram acompanhados pelo secretário de estado de Administração Penitenciária, Murilo Andrade de Oliveira.

Também participaram da inspeção o presidente e vice-presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Gilberto Câmara França Júnior e Reinaldo Campos Castro Júnior; além do engenheiro da Secretaria de Estado de

Administração Penitenciária (Seap), Fabrício Gomes, responsável pela obra; a arquiteta Isadora Monte, da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura do MPMA, assim como o capitão Edmilson, da seção de Segurança Institucional.

O prédio vai abrigar as audiências de custódia dos presos e os plantões criminais. Os promotores de justiça conheceram os três gabinetes destinados ao Ministério Público, salas de audiência, celas, parlatório e os demais espaços para o trabalho do Poder Judiciário e da Defensoria Pública. A previsão é de que, após as adequações, a Central de Custódia seja inaugurada na primeira semana de agosto.

“Verificamos todos os detalhes a fim de indicar o que precisa ser adequado. O foco é garantir a segurança dos presos, funcionários e membros do sistema de justiça, pois trata-se de um estabelecimento penal”, explicou Lena Pauxis.



Oswaldo Viviani

## Por dentro da Política

### ● Justiça proíbe empresários de cobrar dívida no portão de Edivaldo

Os empresários Lindomar Mendanha Duarte e João Bosco Sobrinho Pereira Oliveira – representantes, respectivamente, da Top Construções e Pavimentação Ltda e da Transporte Yara Ltda – estão proibidos, pela Justiça, de cobrar uma dívida da Prefeitura de São Luís com atos diante da casa do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, no Calhau.

Lindomar e João Bosco se manifestaram em frente da casa de Edivaldo com cartazes divulgando o suposto ‘calote’ da prefeitura pela prestação de serviços de asfaltamento de vias na capital.

A determinação judicial contra os empresários foi da desembargadora Anildes Cruz, da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, em julgamento de recurso impetrado pela PGM (Procuradoria-Geral do Município).

Edivaldo Holanda alegou que foi ameaçado e coagido, teve cerceado seu direito e de sua família de ir e vir, além de ter sido vítima de crime contra a honra.

# POLÍCIA NA PENÍNSULA



## Pirâmide financeira descoberta no Maranhão pode ser maior do país

Polícia Civil do Maranhão realizou busca e apreensão em imóveis de Abdon Murad Júnior em São Luís. Médico é suspeito de liderar um esquema de pirâmide. PÁGINA 12

## ESTELIONATO

# Pirâmide financeira pode ser maior do país

Polícia Civil do Maranhão realizou busca e apreensão em imóveis de Abdon Murad Júnior em São Luís. Médico é suspeito de liderar um esquema de pirâmide

DA REDAÇÃO

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), deflagrou na manhã da última sexta-feira (10), a Operação Ramsés.

A ação policial foi para o cumprimento de três mandados de busca e apreensão em imóveis do médico Abdon Murad Júnior, suspeito de cometer estelionato, crime contra a economia popular.

Segundo informações divulgadas pela polícia, durante entrevista coletiva, realizada na manhã desta sexta-feira (10), foram apreendidos documentos, iPads, CPUs, e notebooks, em dois apartamentos, alvos da operação, localizados na Península, pertencentes ao médico.

Além disso, também foram realizadas buscas em uma residência, na qual teria funcionado a sede da empresa AMJ Participações, também investigada.

As investigações têm o objetivo de apontar a autoria e materialidade de um dos esquemas de fraude.

### **Médico vai depor na quarta**

De acordo com informações do delegado Márcio Dominici, o médico é suspeito de liderar o esquema de pirâmide. A investigação já segue durante 8 meses, após várias vítimas terem denunciado os golpes.

Ainda segundo a polícia, Abdon Murad Júnior está usando tornozeleira



DIVULGAÇÃO

### **POLICIAIS FORAM AO APARTAMENTO DO MÉDICO ABDON MURAD JÚNIOR, NA PENÍNSULA**

eletrônica e está com o passaporte retido. De acordo com a polícia, o suspeito prestará depoimento na próxima quarta-feira (15).

O inquérito tramita em sigilo e a polícia civil estuda a adoção de outras medidas com objetivo de esclarecer os fatos e encaminhar os autos ao poder judiciário.

### **Maior pirâmide financeira do país**

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, o esquema investigado pela Operação Ramsés pode ser um dos maiores de fraude fi-

nanceira no país, com movimentações bancárias estimadas em valor superior a R\$ 500 milhões.

Segundo a Polícia Civil, as investigações foram iniciadas há cerca de 8 meses, após denúncias de várias vítimas que alegavam ter realizado investimentos na referida empresa. De acordo com os relatos, cheques sem fundos teriam sido repassados às vítimas dos golpes.

Atualmente, as investigações se concentram na figura do principal suspeito de liderar o esquema de fraude financeira. Abdon Murad Júnior está sob monitoração de tornozeleira

## São Francisco do Maranhão

# Justiça determina que Município disponibilize no Portal da Transparência os gastos com o combate à Covid-19

Uma decisão da Justiça em São Francisco do Maranhão determina que o município disponibilize no Portal da Transparência, no prazo de cinco dias, a divulgação ampla e irrestrita de forma de todos os custos empenhados no combate à Covid-19. Deverá o município discriminar os valores orçamentários e a execução de despesas, procedimentos de dispensa de licitação, procedimentos licitatórios, editais, concursos, contratações temporárias, contratos administrativos de prestação, tudo relacionado ao combate à pandemia. Deverá, ainda, dispor no portal sobre o fornecimento de bens e serviços, nota de empenho, liquidação e pagamento, descrição

do bem e/ou serviço, o quantitativo, o valor unitário e total da aquisição, a data da compra e o nome do fornecedor, com CNPJ, enfim, todas as formas de gastos públicos relacionadas especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia denominada Covid-19. As informações deverão estar dispostas no página <http://www.transparencia.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/acesoInformacao/covid/covid>. Em caso de descumprimento, a multa é de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia. No pedido feito à Justiça, o Ministério Público narrou que dentre as medidas emergenciais adotadas pelo Congresso

Nacional, destaca-se a criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus. Nessa linha, o MP enfatizou que a nova legislação prevê que se disponibilize, em sítio eletrônico específico, todas as contratações ou aquisições realizadas para o combate a pandemia, fazendo constar o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

# BASTIDORES

Raimundo Borges  
bastidores@oimparcial.com.br



## **BNB fechando (1)**

O fechamento da agência do Banco do Nordeste em Pinheiro foi parar na Justiça por ação do sindicato dos bancários. O juiz concedeu liminar reabrindo, mas a agência de Santa Inês permanece fechada, esperando decisão judicial.

## **BNB fechando (2)**

São 58 municípios atendidos pelo BNB na Baixada e região do Alto Turi. Com o fechamento, o banco oficial pretende transferir para São Luís, os servidores concursados. Os terceirizados serão demitidos, caso se mantenha a decisão anterior de fechamento.

# QUERO TER SAÚDE

## OSMAR GOMES DOS SANTOS

Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicenses de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Sou cidadão comum, sou “José”, dito do povo. Sou cidadão, pai de família, trabalhador, costumava sair de casa quando o sol ainda não havia rompido a gélida escuridão e costumava retornar somente com o seu crepúsculo, ao cair de um novo anoitecer. Tempo com a família costumava ficar reservado para as horas dos fins de semana. Essa era minha rotina diária, despedaçada por um companheiro inóspito chamado Coronavírus. Vi tudo mudar de repente. Sofri na pele o que é buscar atendimento médico em uma unidade pública de saúde.

Dos maiores sofrimentos, creio que nada se compara ao descaso que vi com a saúde pública. Lá faltava quase tudo. Os profissionais eram insuficientes, os leitos eram escassos, remédios em falta e toda infraestrutura precária. Parece que a tal Covid-19 apenas jogou luz em um sistema que no papel é exemplar, universal, mas na prática é um modelo a ser esquecido.

Pra início de conversa eu nem queria ter ficado doente, é claro. Mas ao cruzar o destino com esse dito Coronavírus, a única coisa que esperava, e nada mais natural, era um atendimento digno. Ah, mesmo leigo que sou, sei que tempo tiveram.

Primeiro foi uma anúncio ferrovosa na China, seguida de Itália, Irã e Espanha. Quando por aqui aportou, a recomendação foi pelo isolamento, assisti isso acontecer de norte a sul do

país. A justificativa é que a medida era necessária para melhor preparar as unidades de saúde para o pior que estaria por vir.

Após três meses é possível constatar que o pior, infelizmente, veio sobre a população; no entanto, o caos parece ainda tomar conta de muitos sistemas de saúde espalhados Brasil afora. Pergunto-me: e todo aquele discurso de preparar a estrutura? E todo aquele dinheiro destinado aos municípios brasileiros? Não esperava nada além de saúde. Eu quero ter saúde, eu preciso de saúde. Ao precisar ir ao hospital, quero encontrar alguém que me receba bem, com carinho e dedicação desde o primeiro atendimento. Quero ser atendido por profissionais, de saúde e administrativos, que não apenas espera por seu justo soldo no fim do mês, mas que também amam seu ofício.

Ah, uma dose de amor e atenção nunca é demais, afinal, ninguém busca um hospital ou um posto de saúde para passear ou porque resolveu fazer uma visita. Em regra, só busca médico quem está com problemas de saúde e o afeto nessas horas eleva a autoestima e ajuda no processo de cura.

Quero ser olhado nos olhos por um médico que realmente se importe comigo, para o qual eu não seja apenas um prontuário. Quero ser ouvido, falar das aflições que ali me levaram. Quero um sistema no qual eu possa confiar, que um profissional de saúde me diga: vou cuidar de você. Quero ter saúde.

E não seria utopia minha querer, ali mesmo, poder realizar meus exames, aguardar os resultados e até mesmo ser medicado, caso necessário. Somente seguir para casa após passado qualquer risco. Tudo de graça, ou me-

lhor, já incluído nos altos encargos descontados mensalmente em meu soldo, ou naqueles embutidos em produtos e serviços que consumo.

Não creio que esse ideal esteja distante de ser alcançado. A propósito, recursos disponíveis existem. Talvez seja necessária uma melhor gestão e correta aplicação do dinheiro que é público, portanto de todos.

Quero viver a política de Aristóteles, a qual só me foi apresentada em livros, por meio da qual o homem poderia alcançar a felicidade plena. Sem saúde não é possível gozar de tal status. Em verdade, afirmo que sem saúde nada se faz nesta vida: não há trabalho, não há diversão, não há estudos, nada. Eu quero, acima de tudo, ter saúde.

Acesso a uma saúde de qualidade é o princípio mais básico da dignidade humana, sem o qual nenhum outro pode ser buscado. Por que uma verdadeira odisséia precisa ser percorrida ao se buscar um direito tão básico, se, no papel, temos um dos modelos mais bem montados do mundo? O que falta para uma melhor integração dos sistemas e a melhor articulação entre todos os entes federados?

Aprendi com meus humildes, porém valorosos pais, que respeito deve vir de cima. Portanto, que os mandatários nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal possam fazer valer essa máxima que faz parte de nossa tradição. Não peço nada demais. Nada de tratamento diferenciado, nada de mordomias, nada de privilégios, nada de favorecimentos. Apenas tratamento digno. Sou cidadão comum, sou “José”, dito do povo. Quero apenas, ter saúde.

# O labirinto das obras públicas no Maranhão

**FÁBIO NAHUZ\***

É presidente do Sinduscon-MA, vice-presidente Nordeste da CBIC; vice-presidente da FIEMA; vice-presidente para Assuntos da Construção Civil, Infraestrutura e Imobiliário da ACM-MA.

O entrave existente no setor de obras públicas é uma realidade que remonta décadas, ocasionando uma série de prejuízos não apenas para os órgãos responsáveis pela execução dos empreendimentos, mas principalmente à sociedade. Tal situação foi ainda mais agravada em virtude da queda do investimento previsto para o ano de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus.

Debater de forma precisa e clara sobre os percalços desenvolvidos no andamento das obras públicas no Brasil é o primeiro passo em direção à resolução efetiva do problema. Para discutir sobre este assunto, o estado do Maranhão recebeu, no dia seis de julho, o evento “O Labirinto das Obras Públicas”, ciclo de debates idealizado pela Comissão de Infraestrutura (COINFRA) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que teve início no dia quatro de julho e está acontecendo no formato on-line.

Contamos com a participação do presidente do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo; do Conselheiro Vice-Presidente do TCE-MA, Joaquim Washington Luiz Oliveira; do presidente da CBIC, José Carlos Martins; do presidente da Coinfra/CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge; e do presidente da FIEMA, Edilson Baldez das Neves. Promovemos um debate de alto nível que tratou sobre “Vícios de Contratação e Soluções Viáveis no Curto Prazo” com a apresentação do engenheiro José Eduardo Guidi e tendo como debatedores o Secretário de Estado de Infraestrutura, Clayton Noleto Silva; o Secretário de Estado da Educação, Felipe Costa Camarão; o

Presidente da EMAP, Ted Lago; o Doutor em Direito e sócio do escritório Vernalha Guimarães e Pereira Advogados, Fernando Vernalha; e os diretores do Sinduscon-MA, Flávio Campos e Ribamar Oliveira Filho. O resultado desse evento foi tão positivo que constituímos um fórum permanente composto por empresários, gestores públicos e autoridades do Judiciário, digamos que uma espécie de câmara de resoluções prévias de conflitos, para discutir e combater a informalidade no setor tornando-se, assim, referência à nível nacional.

A idealização desse evento teve como referência o estudo realizado pelo engenheiro civil, perito judicial, especialista em Gestão Pública e consultor, José Eduardo Guidi. A obra, também intitulada “O labirinto das obras públicas”, discorre sobre o atual cenário de um dos maiores mercados da construção civil, analisando a relação conflituosa entre os contratantes, contratados e os controladores das obras públicas brasileiras, um dos fatores responsáveis pela paralisação de milhões de empreendimentos.

De acordo com os dados apontados pelo estudo, a comparação entre o valor do estoque da Dívida Pública Federal (DPF) em abril de 2019 com o prejuízo advindo das obras inacabadas demonstra um desperdício de aproximadamente 30% de toda a dívida contraída pela União, sendo que em relação ao fluxo anual de orçamento, o déficit fiscal da União para o ano de 2019 foi apontado na Lei Nº 13.808/19 (LOA) em R\$ 249 bilhões.

No estado do Maranhão, um dos maiores agravantes é o impacto sobre a produtividade, uma vez que o regramento necessário ao retorno das atividades resulta na desaceleração do ritmo de produção. Além da extensão dos prazos de entrega de materiais e serviços utilizados nas obras, em virtude da redução de efetivo sobre as

plantas industriais que atendem à construção civil. Outro fator que também merece destaque é o desequilíbrio de contratos, que trazem ainda mais prejuízos para a categoria.

É importante esclarecer que pior que uma obra não iniciada é uma obra inacabada. Há gastos com manutenção, conservação, vigilância, etc. Existem custos adicionais para sua retomada, esforço imensurável dos agentes públicos de gestão, dos profissionais técnicos, do corpo jurídico. Isso tudo sem contar as intermináveis disputas judiciais e, evidentemente, a forte pressão dos órgãos de controle.

Para além disso, os agentes políticos arcam com o custo de reputação, enquanto os prestadores de contas, públicos e privados, absorvem as multas e débitos imputados pelas instituições fiscalizadoras. Há também os custos individualizados com processos administrativos e/ou judiciais (advogados, peritos, taxas,...), e claro, os dramas pessoais e a rápida execração pública dos agentes e das empresas. Diante deste cenário, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Maranhão (Sinduscon-MA) tem buscado contribuir de forma efetiva por meio da promoção de discussões entre o governo, os órgãos de controle e as empresas de construção civil do estado. A intenção não é promover aperfeiçoamento da legislação, mas oferecer metodologia capaz de estreitar a assimetria de informação entre controlador e controlado. Não se pretende adentrar na discricionariedade da administração para contratar ou não um parceiro temerário, mas, se o fizer, que tenha melhor ciência dos riscos inerentes à eventual decisão. O importante é manter um diálogo aberto e franco que vise o alinhamento de medidas de mitigação, tendo em vista a manutenção da operacionalidade das empresas.

**CGJ promove debate sobre atuação de cartórios no combate a crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo *P4c1***

# CGJ promove debate sobre atuação de cartórios no combate a crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão promoveu nesta quinta-feira, 9 de julho, webinar sobre a Relevância do Provimento 88 do CNJ no combate à criminalidade, com transmissão ao vivo pelo canal no YouTube (youtube/cgjma). O evento, voltado a delegatários, magistrados, servidores e população em geral, trouxe importantes reflexões sobre o Provimento 88 da Corregedoria Nacional de Justiça, que entrou em vigor no dia 3 de fevereiro deste ano e já possibilitou o envio de mais de 300 mil comunicações de operações suspeitas realizadas em milhares de cartórios extrajudiciais.

Participaram do webinar o Corregedor Nacional da Justiça, Ministro Humberto Martins, o Corregedor Geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, o Juiz do TJES Sérgio Ricardo, o Juiz do TJAM Jorsenildo Dourado e o Oficial de Registro de Imóveis em Marília (SP) Luiz Lemmi.

**INOVAÇÃO** - O Provimento nº 88/2019 é inovador na regulamentação da atuação dos notários e registradores quanto a medidas de prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro e do financi-

amento do terrorismo, sendo que a norma está aderente às diretrizes do GAFI, órgão internacional que visa assegurar a integridade do sistema financeiro internacional.

O Corregedor Nacional da Justiça, Ministro Humberto Martins, destacou a iniciativa da CGJMA, afirmando que "a simples realização deste evento demonstra a preocupação da comunidade jurídica em discutir medidas para o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico-normativo de prevenção e combate a todo tipo de criminalidade, com a análise de institutos como a colaboração premiada, prisões, medidas cautelares e a violência doméstica."

Para o juiz Jorsenildo Dourado, que elaborou a minuta do provimento 88, este representa um grande marco na história do Poder Judiciário nacional e ressaltou que quando o ministro Humberto Martins assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça, a edição do provimento passou a ser uma prioridade institucional.

**DIÁLOGO** - O encontro promovido pela CGJ-MA propiciou o debate sobre a importância do novo provimento e ressaltou o diálogo entre o Poder Judiciário e os cartóri-



**Corregedor Nacional da Justiça,  
Ministro Humberto Martins**

os para a elaboração de registros sobre o envio de informações para Unidade de Inteligência Financeira-UIF do Ministério da Fazenda. Destacou-se que a implementação dos trabalhos permitirá o aperfeiçoamento do normativo para facilitar a atuação dos cartórios.

O Corregedor Geral da Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, avaliou positivamente o evento ressaltando que "as exposições e os debates travados na webinar permitiram concluir que a integração dos cartórios no sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro trouxe ganhos reputacionais importantes para o setor, ao tempo em que consolidou seu protagonismo na área de trans-

ferência de informações para os órgãos de inteligência. Fundamental, agora, que notários, registradores e interinos do Estado do Maranhão capacitem suas equipes de monitoramento para que o Provimento 88 do CNJ seja cumprido à risca. E a CGJ, que prestigia o setor e deseja a integração dos cartórios ao sistema de combate à corrupção, vai fiscalizar de perto o cumprimento dessa norma."

O evento, que pode ser acessado no youtube da CGJMA, contou com a parceria da Escola da Magistratura do Maranhão - ES-MAM, da Associação dos Magistrados do Maranhão-AMMA e do Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA. (Asscom CGJ-MA)

## **SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO: Justiça determina que município disponibilize no Portal da Transparência os gastos relacionados ao combate à Covid-19**

Uma decisão da Justiça em São Francisco do Maranhão determina que o município disponibilize no Portal da Transparência, no prazo de cinco dias, a divulgação ampla e irrestrita de forma de todos os custos empenhados no combate à Covid-19. Deverá o município discriminar os valores orçamentários e a execução de despesas, procedimentos de dispensa de licitação, procedimentos licitatórios, editais, concursos, contratações temporárias, contratos administrativos de prestação, tudo relacionado ao combate à pandemia.

Deverá, ainda, dispor no portal sobre o fornecimento de bens e serviços, nota de empenho, liquidação e pagamento, descrição do bem e/ou serviço, o quantitativo, o valor unitário e total da aquisição, a data da compra e o nome do fornecedor, com CNPJ, enfim, todas as formas de gastos públicos relacionadas especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia denominada Covid-19. As informações deverão estar dispostas na página [www.transparencia.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/ acessoInformacao/covid/covid](http://www.transparencia.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/ acessoInformacao/covid/covid). Em caso de descumprimento, a multa é de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia. No pedido feito à Justiça, o Ministério Público narrou que dentre as medidas emergenciais adotadas pelo Congresso Nacional, destaca-se a criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus. Nessa linha, o MP enfatizou que a nova legislação prevê que se disponibilize, em sítio eletrônico específico, todas as contratações ou aquisições realizadas para o combate a pandemia, fazendo constar o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do

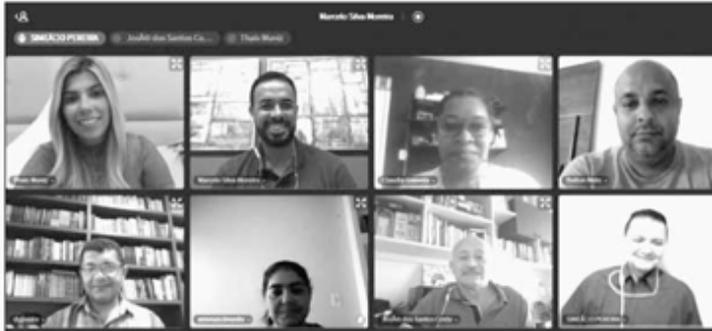
Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

"O Chefe do Poder Executivo Municipal, em data de 23 de março de 2020, editou o Decreto nº 50/2020, instituindo estado de calamidade pública no Município, em razão da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19), permitindo, inclusive, a contratação direta de bens e serviços voltados ao enfrentamento da Covid-19", relatou o Ministério Público, frisando que o município deixou de efetivar a transparência e a publicidade na aplicação dos recursos públicos direcionados a pandemia, não inserindo as informações necessárias no Portal de Transparência, no sítio eletrônico municipal.

**PUBLICIDADE** - Ao decidir, o juiz Fábio Gondinho ressalta que em um Estado Democrático de Direito, não se pode admitir que assuntos da Administração, que são do interesse de todos, sejam ocultados, ainda mais em uma situação de calamidade pública, como a causada pela pandemia do Covid-19. "A publicidade tem grande importância não só para verificação por parte dos órgãos de controle (Ministério Público, Legislativo, Tribunal de Contas etc), mas também para conhecimento e fiscalização pela sociedade, a qual também tem o direito de examinar os gastos", justificou, citando o princípio da Publicidade.

Para o magistrado, diante dos fatos e documentos apresentados, evidencia-se que o Município de São Francisco do Maranhão/MA manteve-se omissivo frente a determinação de artigo da Lei Federal nº 13.979/2020 (que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do 'coronavírus'). *(Michael Mesquita - Asscom CGJ-MA)*

## Grupo de Monitoramento Carcerário reúne-se com juízes envolvidos com o sistema socioeducativo



Divulgação

### A reunião por videoconferência contou com juízes de Timon, Imperatriz e São Luís

O Grupo de Monitoramento Carcerário do Maranhão (GMF) reuniu-se, na quarta-feira (8), por videoconferência, com juízes de Timon, Imperatriz e São Luís para tratar sobre a pandemia no sistema socioeducativo, a situação das unidades socioeducativas que estão previstas e em construção e sobre a Reunião dos GMF da Região Nordeste com a DMF.

Presidida pelo juiz Marcelo Moreira, esta foi a primeira reunião com os juízes desse segmento cujo objetivo é dar total atenção ao Socioeducativo, para que não reiterem as práticas ilegais quando adulto.

Na reunião foi destacado o compromisso da UMF com o sistema de execução de medidas socioeducativas, a importância da comunicação com todos os atores envolvidos para troca de informações, de boas práticas e delimitamento de ações para alcance de melhorias.

Discutiu-se os reflexos da pandemia nas unidades socioeducativas, as intervenções realizadas e os desdobramentos das práticas preventivas à propagação da infecção pelo Covid-19.

Também foi debatida a situação das obras de construções de unidades socioeducativas da FUNAC em Impera-

triz (em andamento) e Timon (sem previsão), com proposições de buscar, junto aos órgãos responsáveis, empenho na resolução dessas demandas, face a relevância das mesmas para atendimento ao que preconiza o Sinase e o ECA.

O juiz Simeão Pereira e Silva, da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Timon destacou a necessidade de realizar um trabalho de conscientização e sensibiliza-

ção junto aos gestores de órgãos públicos para ampliar a aceitação de cumprimento de medidas em meio aberto, como a prestação de serviço à comunidade (PSC) e ressaltou, diante do atual contexto, o avanço obtido com a realização de audiências por meio de videoconferência, em virtude da celeridade, segurança e economicidade geradas com a utilização desse recurso tecnológico.

Foi abordado, também, a previsão de reforma ou adaptação de um prédio da FUNAC para abrigar as instalações de uma unidade de semiliberdade em São Luís, deliberando-se que se oficiaria ao órgão de governo responsável com objetivo de obter mais informações sobre o andamento dessa solicitação.

Na próxima terça-feira (14), haverá reunião dos GMF da Região Nordeste com a DMF na qual será abordada,

dentre outras questões, as inspeções virtuais ocorridas nesse período de pandemia no sistema socioeducativo.

Participaram da reunião os juízes Marcelo Moreira (coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário-UMF), José dos Santos Costa (titular 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha), Delvan Tavares Oliveira (titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Imperatriz) e Simeão Pereira e Silva (titular da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Timon), a Coordenadora-Executiva da UMF, Thais Muniz, a Coordenadora Estadual do Programa "Justiça Presente" - CNJ, Claudia Gouveia, o Chefe da Divisão Estrutural Técnica-UMF, Dalton Luís Melo e a Técnica Judiciária da UMF, Eliane Nascimento.

*(Asscom TJMA)*

# Justiça derruba novamente CPI da Câmara



Divulgação

## **Câmara Municipal de Imperatriz sofre derrota na Justiça**

Mais uma vez a Justiça do Maranhão concedeu liminar suspendendo atos considerados irregulares da Câmara de Vereadores de Imperatriz. Desta feita o juiz José Ribamar Serra, respondendo interinamente pela Vara da Fazenda Pública, manda que o legislativo imperatrizense pare

imediatamente com a propagada CPI da Saúde.

O magistrado reconheceu a ilegalidade da sessão, que autorizou o procedimento, ter sido presidida pelo presidente da Câmara, José Carlos, posto que o mesmo evidentemente possui interesse pessoal por ser autor da denúncia caluni-

osa contra o prefeito que fundamenta a CPI. A justiça ainda reconheceu que o procedimento não respeitou o regimento da câmara por não consignar em suas razões o fato determinado para instaurar CPI, a qual, no caso, foi constituída pelo Legislativo apenas com base em ilações.

"Examinando atentamente mencionado Requerimento, peço venia, se constata prima facie que o pedido da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, não tem fato determinado, vez que na justificativa de sua excelência esta sustenta que há denúncia amplamente divulgada na mídia nacional e local, o que sob a vossa ótica a instalação da mencionada CPI, mas sim cunho político partidário", diz o juiz.

# Justiça derruba novamente CPI da Câmara P3c1



---

# Fora da Pauta

Willian Marinho  
williamarinho@hotmail.com

## **Liminar**

**Mais uma vez a Justiça do Maranhão concede liminar suspendendo atos irregulares da Câmara de vereadores de Imperatriz. Desta feita, o juiz José Ribamar Serra, respondendo interinamente pela Vara da Fazenda Pública, manda que o legislativo imperatrizense pare imediatamente com a propalada CPI da Saúde.**

## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua [acarloslua@folha.com.br](mailto:acarloslua@folha.com.br)



### A literatura alimentando a fé

São Francisco de Assis não é apenas um dos santos e uma das figuras lendárias mais famosos da Igreja Católica. Ele também é considerado um escritor pioneiro. “Cântico das Criaturas” (Cantico delle criatura), de sua autoria, foi um dos primeiros textos da história da literatura italiana.

O Papa Francisco – eleito Bispo de Roma em 2013 – tem também uma maneira interessante de usar textos literários. Embora não seja tão fluente em inglês, francês e alemão como os Papas Bento XVI e João Paulo II, ele tem uma característica linguística substancial que o diferencia dos seus dois mais recentes antecessores.

A linguagem do Papa Francisco é rica em metáforas, provérbios e expressões idiomáticas. Quem o observa enxerga um paralelo em sua maneira de empregar palavras e imagens.

Profundamente existencial é uma linguagem derivada de muitos anos de experiência pastoral do Pontífice como sacerdote, professor e bispo.

Podemos dizer que Francisco é um “papa linguístico”. Diferentemente de seus antecessores, ele tem um currículo docente que se focava mais na literatura do que na filosofia.

Ele sempre tende a criar novos verbos e substantivos – como, por exemplo, *misericordiare*, “*misericordiando*”, e *rapidacion*, “*rapidização*”. Sua inspiração demonstra ser ancorada na experiência de São Francisco de Assis, a partir da leitura do Evangelho de Mateus, em 1942.

Entre 1964 e 1965, o Papa Francisco ensinou Cervantes, literatura gaúcha, muito popular na Argentina, no Brasil e no Uruguai, entre 1870 e 1920.

O Pontífice transmite a experiência do povo através de dialetos e expressões populares, que ele considera puras e livres de sistematização. Na exortação “Querida Amazônia”, o Papa Francisco recitou seis poesias – “Com a chuva estou vivendo”; “Chamado”; “O rio Amazonas”; “A transformação pela poesia”; “Aqueles que creram”; e “Carta de navegar” – narrando a beleza violada do pulmão verde do mundo, em versos poéticos para descrever a Amazônia.

Essa está entre as razões que levam muitas pessoas a admirarem o Papa Francisco no seu diálogo com seguidores e com os meios de comunicação social, tornando fácil entender porque suas palavras exigem uma análise poética e linguística e não apenas uma boa tradução teológica.

Na caixa de ferramentas da teologia cristã – especialmente a católica – existe, ainda hoje, muito mais filosofia do que poesia. Mas o conceito cristão é tão poético quanto filosófico. Na própria Bíblia, encontra-se muito mais poesia do que a filosofia.

Francisco tem se mostrado um Papa verdadeiramente global e uma das principais provas dessa afirmativa é sua linguagem, que não se restringe ao discurso clássico e valoriza o caráter poético nas pregações religiosas. A globalização do catolicismo está sendo acelerada na medida em que o Papa Francisco encontra novas expressões linguísticas para alimentar uma fé antiga, mas sempre nova.

### LITERATURA

Estética não existe sem política e, nessa relação, a literatura, em particular, tem a capacidade de fazer a crítica social como nenhuma outra esfera de circulação de discursos consegue fazer. A literatura não serve para representar o mundo como um espelho, mas sim para apresentar versões possíveis e potencialidades do mundo que residem em camadas mais profundas às vezes à vista de todos.

### REVELAÇÕES

As produções literárias, especialmente de romances, revelam costumes e pensamentos da época em que são concebidos. Existe, sem dúvida, uma conexão direta entre a literatura, a sociedade, os costumes, o período histórico no qual se insere a obra literária e assim por diante. Nesse sentido, existe a possibilidade de pensar a literatura atuando subterraneamente na política e na sociedade, ou seja, a partir daquilo que é tão óbvio e que não precisa ser mencionado diretamente.

### LINGUAGEM

Até hoje continua sendo muito importante a leitura e o estudo do livro “Os Sertões”, do escritor e jornalista Euclides da Cunha. O massacre de Canudos instaurou um paradigma de

violência sob o qual vivemos até hoje e Euclides da Cunha tanto relatou sua dinâmica e seus eventos quanto inventou uma nova forma (híbrida, tensa) de relacionar realidade e ficção, estética e política, linguagem e materialidade. Para escrever “Os sertões”, Euclides da Cunha, foi motivado por um movimento político e transformador do campo literário.

### LEITURAS

O crítico literário deveria ser uma espécie de sismógrafo da língua, ou seja, alguém que dá a devida atenção às transformações e abalos na linguagem. Ele deve entender a linguagem literária em toda sua complexidade, observando a junção de arrojo estético, formal e estilístico. Essa tarefa se dá necessariamente no contemporâneo e é justamente por isso que deve se manter bastante atualizado, dedicando-se a várias leituras simultâneas, pesando e refletindo sobre cada aspecto, cada ressonância histórica possível nos textos.

### DEMOCRACIA

Temos grandes obras literárias importantes para pensar o Brasil, um país que nunca amadureceu como nação, como democracia, e que sempre foi visto como uma promessa, como algo que está por vir.

---

---

# **Operação cumpre mandados em imóveis e empresas de médico suspeito de liderar esquema de pirâmide**

---

---

PÁG. 12

## Operação Ramsés

# Cumpridos mandados de busca e apreensão em apartamentos do médico Abdon Murad Júnior

*Segundo a Polícia Civil, ele seria o líder de uma suposta pirâmide financeira que causou prejuízos para muitas pessoas na capital maranhense*

*Abdon Murad Júnior segue monitorado portornozeleira eletrônica, está proibido de sair de São Luís e teve seu passaporte retido, por ordem da Justiça*

**LUCIENE VIEIRA**

Em São Luís, o cumprimento de mandados de busca e apreensão em dois apartamentos e na empresa AMJ Participações e Empreendimentos, que pertencem ao médico cirurgião Abdon José Murad Júnior, nessa sexta-feira (10), é mais um desdobramento da Operação Ramsés. Nas investigações da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), que ocorrem há oito meses, Abdon Júnior aparece como líder de uma suposta pirâmide financeira, com possíveis movimentações de mais de R\$ 500 milhões. “Consideramos que este seja um dos maiores esquemas fraudulentos do Brasil”, declarou o delegado Carlos Alexandre, que é o titular da SPCC.

A Operação Ramsés é desenvolvida pela Superintendência de Polícia Civil da Capital, por meio da Delegacia de Defraudações e do 4º Distrito Policial (4ºDP), localizado no bairro do Vinhais. Ontem, a operação contou com a participação de 16 policiais. Nas buscas aos apartamentos e à empresa do suspeito, foram apreendidos documentos e aparelhos eletrônicos, como notebooks. “Outras medidas são estudadas para dar efetividade ao inquérito, e tão logo seja concluído e encaminhado a Justiça”, disse o delegado do 4º DP, Márcio Dominici.

O delegado Dominici informou à imprensa que neste momento, durante esta fase da Ramsés, as suspeitas recaem unicamente sobre o médico cirurgião. “No entanto, a polícia não descarta de forma alguma que, numa fase posterior, outros suspeitos surjam, tendo em vista que a movimentação financeira seria bastante alta”, informou Dominici. Murad está proibido de sair de São Luís, teve seu passaporte retido, e ele está sendo

DIVULGAÇÃO



Policiais civis cumprem mandados de busca e apreensão em apartamento do médico Abdon Murad Júnior

monitorado por tornozeleira eletrônica.

A polícia informou que, aproximadamente um mês e meio atrás, solicitou ao Poder Judiciário a prisão preventiva de Abdon José Murad Júnior. Porém, segundo a Delegacia de Defraudações, o juiz entendeu naquela época, que a melhor medida era a monitoração eletrônica. A polícia disse ter reiterado o pedido de prisão preventiva na Operação Ramsés; porém, mais uma vez, não foi concedido.

### A ORIGEM DA INVESTIGAÇÃO

De acordo com a Delegacia de Defraudações, a investigação foi iniciada por ela, uma vez que teria recebido as primeiras denúncias da suposta pirâmide financeira, de vítimas que, segundo a polícia, teriam feito investimentos na empresa do médico, receberam cheques, e posteriormente constatavam que o título de crédito não tinha fundo. A polícia levantou possíveis crimes envolvendo o médico, como

estelionato, lavagem de dinheiro, e associação criminosa.

A polícia informou que o tempo de investigação depende de inúmeros fatores, como esperar que as vítimas apresentem documentações, marcação de data de audiência, e análises do Poder Judiciário de Ministério Público. Sobre o valor de R\$ 500 milhões, a polícia disse que para precisar o número financeira, uma análise técnica precisaria ser feita. Entretanto, a polícia estima que o montante envolvido na fraude supere os R\$ 500 milhões.

### MAIS DETALHES SOBRE O CASO PUBLICADOS NO SITE UOL

Uma matéria do site UOL, intitulada “Médico acusado de pirâmide; vítima perde R\$ 7 mi e reclama em carro de som”, de 29 de abril deste ano, informa que a AMJ Participações e Empreendimentos foi fundada em 2017, conforme consulta do CNPJ da empresa na Receita Federal. É que antes disso Abdon José Murad Júnior já captava recursos.

A matéria informou também que, segundo clientes, o cirurgião prometia rendimentos de até 15% ao mês em cima de aportes financeiros. Isso seria supostamente conseguido com investimentos em fundos internacionais, Bolsa de Valores e em imóveis. E que para dar garantias, o médico costumava formalizar contratos ou dar cheques com os valores prometidos.

“Alguns deles, com valores de R\$ 470 mil, R\$ 600 mil e até R\$ 810 mil, foram encaminhados para a reportagem”, diz o texto no site do UOL.

Outra informação é que os atrasos nos pagamentos e as desculpas começaram no início de 2019. Algumas das justificativas foram problemas com supostas operações no exterior, lentidão para repatriar recursos de fora e, recentemente, coronavírus. A matéria cita ainda casos de possíveis vítimas, como uma mulher de 78 anos que teria investido R\$ 450 mil, e uma família que diz ter perdido R\$ 7 mi, chegando a pedir dinheiro em carro de som, conforme vídeo disponibilizado na matéria, e depositado no Youtube.

## São Francisco do Maranhão

# Justiça determina que Município disponibilize no Portal da Transparência os gastos com o combate à Covid-19

Uma decisão da Justiça em São Francisco do Maranhão determina que o município disponibilize no Portal da Transparência, no prazo de cinco dias, a divulgação ampla e irrestrita de forma de todos os custos empenhados no combate à Covid-19. Deverá o município discriminar os valores orçamentários e a execução de despesas, procedimentos de dispensa de licitação, procedimentos licitatórios, editais, concursos, contratações temporárias, contratos administrativos de prestação, tudo relacionado ao combate à pandemia. Deverá, ainda, dispor no portal sobre o fornecimento de bens e serviços, nota de empenho, liquidação e pagamento, descrição

do bem e/ou serviço, o quantitativo, o valor unitário e total da aquisição, a data da compra e o nome do fornecedor, com CNPJ, enfim, todas as formas de gastos públicos relacionadas especificamente ao enfrentamento e mitigação da pandemia denominada Covid-19. As informações deverão estar dispostas no página <http://www.transparencia.saofranciscodomaranhao.ma.gov.br/acessoInformacao/covid/covid>. Em caso de descumprimento, a multa é de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia. No pedido feito à Justiça, o Ministério Público narrou que dentre as medidas emergenciais adotadas pelo Congresso

Nacional, destaca-se a criação de nova hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus. Nessa linha, o MP enfatizou que a nova legislação prevê que se disponibilize, em sítio eletrônico específico, todas as contratações ou aquisições realizadas para o combate a pandemia, fazendo constar o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

## **Justiça reconhece regularidade do projeto de lei que define os limites do Parque Estadual do Bacanga**

Após apresentação de defesa pela Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE/MA), o plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão realizada na quarta-feira (8), denegou mandado de segurança (Processo nº 0801996-83.2019.8.10.0000) impetrado contra ato do governador do Estado do Maranhão que encaminhou para a Assembleia

Legislativa projeto de lei que, dentre outros temas, redefine os limites territoriais do Parque Estadual do Bacanga. O projeto de lei, de autoria do chefe do Poder Executivo, tem como objetivos disciplinar os usos e redefinir os limites do Parque Estadual do Bacanga, para garantir a proteção do meio ambiente e a segurança hídrica no Estado, especialmente pela

proteção do Reservatório Bataã e o do Rio da Prata, responsáveis por boa parte do fornecimento de água para a cidade de São Luís. A autora da ação alegou ser proprietária de um imóvel que teria sido indevidamente incluído nos novos limites territoriais do parque o que violaria o seu direito líquido e certo à propriedade privada, requerendo a suspensão da tramitação

do projeto na Assembleia Legislativa. Contudo, a justiça maranhense, acolhendo os argumentos de defesa apresentados pela PGE, decidiu não existir quaisquer atos que violem direito da autora, mantendo-se, portanto, a regular continuidade dos trâmites do projeto de lei no parlamento estadual.